

ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS SOCIAIS E FINANCEIROS EM 1912

Vitor Manoel Marques da Fonseca

INTRODUÇÃO

Em 1922, no bojo das comemorações do centenário da Independência, a Prefeitura do Distrito Federal, por meio do Departamento Municipal de Assistência Pública, edita a obra *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística*¹, com informações sobre todas as instituições, públicas ou privadas, com atuação na área de assistência social à população carioca.

O livro iniciava-se com a transcrição de um ofício de 2 de janeiro de 1913, pelo qual o então prefeito do Distrito Federal, o general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, cuja gestão foi de 1910 a 1914, solicitava ao desembargador Ataulfo Nápoles de Paiva², então juiz da Corte de Apelação, que assumisse a direção dos trabalhos de “estatística geral de todos os estabelecimentos e instituições de caridade e de assistência, públicos e privados”³.

Ataulfo de Paiva, no prefácio intitulado *Reflexões necessárias*, historia a realização da obra. Sua origem foi preconizada pelo decreto municipal n.º 441, de 26 de junho de 1903, pelo qual o então prefeito, Francisco Pereira Passos, criava o Ofício Geral de Assistência e determinava a realização da estatística geral de todos os estabelecimentos e instituições de assistência, públicos ou privados. No seu preâmbulo, o referido ato assumia as seguintes razões para sua necessidade social e política:

Considerando a urgente necessidade de utilizar proficuamente os elementos esparsos de que já dispõe nesta capital a assistência pública e privada em prol dos necessitados em suas múltiplas formas; considerando que da sistematização desses elementos por uma instituição que os encaminhe, imprimindo-lhes unidade, fiscalizando-os e superintendendo-os, sem aliás quebrar a completa autonomia das associações e estabelecimentos já existentes, só podem provir vantagens; considerando que, com a solução desse magno problema, a

¹ ASSISTENCIA, 1922.

² Observe-se que a grafia dos nomes de pessoas e instituições e os textos reproduzidos em citação, ao longo deste trabalho, foram modernizados.

³ ASSISTENCIA, 1922: I.

nossa Capital verá, senão completamente atendida, ao menos atenuada, a triste situação que, quer da indigência inábil para prover os meios de subsistência por esforço próprio, quer da velhice desamparada, quer da orfandade desvalida, quer da infância obrigada a trabalhos nocivos à saúde, quer dos loucos de todo o gênero, quer de outros infortúnios da sociedade; considerando, em particular, quanto à mendicidade que, apesar das medidas postas em prática por esta Prefeitura e as que estão condensadas na legislação penal da União, faz-se todavia mister amparar, como um dever social e humano, a condição de certos indigentes que não podem ser internados nos asilos já fundados; considerando que a Prefeitura, quando convier, poderá, para maior utilidade da matéria, acordar com o Governo Federal, na parte de sua competência, as medidas de caráter comum, feita previamente a indispensável estatística geral e recenseamento das obras de caridade de todas as espécies existentes nesta Capital; considerando que a Municipalidade, embora preocupada com os grande melhoramentos materiais da cidade, não pode ser indiferente à sorte dos infelizes de toda a espécie, retirados da via pública ou internados em estabelecimentos de caridade, mas desprovidos de fiscalização, ora inexistente, mas necessária, para a completa efetividade e bons resultados dos socorros públicos ou privados⁴.

O decreto deixa clara a ligação desse novo órgão municipal e da necessidade de se dispor de confiáveis dados estatísticos sobre a assistência social às importantes alterações na estrutura urbana que, comandadas pelo prefeito, mais tarde cognominado “Haussmann tropical”, então se realizavam. Ao civilizar, modernizar e sanear a velha cidade colonial do Rio de Janeiro, por meio das obras no porto e abertura de avenidas, das quais a mais importante foi a Central, atual avenida Rio Branco, derrubam-se inúmeras casas e cortiços, deixando ainda mais evidente a situação de pobreza de largo contingente da população carioca⁵.

Por outro lado, numa cidade que se moderniza e que adota princípios urbanísticos derivados da Ciência, a preocupação com a estatística visava possibilitar, também na área de assistência social à população, uma atuação racional da Municipalidade, campo em que, até muito pouco tempo antes, as intervenções do Poder Público se faziam de maneira esporádica e aleatória, e que internacionalmente começava a ser pensado como necessitando de atuação constante e planejada. Importa observar que, se em nível municipal, a determinação do fornecimento de dados estatísticos pelos estabelecimentos particulares de filantropia surgiu com o decreto municipal n.º 216, 30 de novembro de 1895, pouco depois da realização do Censo de 1890, em nível federal, a preocupação com a estatística de sociedades civis só ocorre em 1908, quando o decreto n.º 1850, de 2 de janeiro, determinou o fornecimento obrigatório de dados pelas associações à Diretoria Geral de Estatística.

⁴ RIO DE JANEIRO (Prefeitura). Decreto n.º 441, de 26 de junho de 1903, que cria o *Ofício Geral de Assistência* (ASSISTENCIA, 1922: 756).

⁵ Sobre as transformações do Rio de Janeiro no período e seus significados sociais, recomendam-se os clássicos: BENCHIMOL, 1990; CARVALHO, 1986; ROCHA, 1986.

Entretanto, só em 1913, 10 anos, um outro prefeito, Bento Ribeiro, manda efetivamente realizar a referida estatística geral. Concluída ainda em sua gestão, Bento Ribeiro, pelo decreto n.º 1001, de 13 de novembro de 1914, cria a Comissão Especial de História e Estatística da Assistência Pública e Privada, não logrando, entretanto, imprimir o trabalho realizado. Tal ação será realizada no governo de Carlos César de Oliveira Sampaio (1920-1922), que a faz como uma das comemorações do Centenário da Independência, e como texto de propaganda sobre a importância do tema, uma vez que nessa mesma época se discutia um projeto de lei municipal visando uma reorganização estrutural do Ofício Geral de Assistência e das ações governamentais na área. Para isso, a obra foi atualizada, recolhendo-se dados históricos e estatísticos até o ano de 1920 inclusive.

Pelos textos introdutórios, percebe-se a preocupação com os menores abandonados e delinquentes, com a assistência à velhice, à mulher, aos estrangeiros, aos alienados, aos tuberculosos, aos leprosos, além das questões relacionadas à mendicância profissional, à assistência em domicílio e em hospitais, a acidentes de trabalho, ao alcoolismo e a doenças sexualmente transmissíveis (especialmente a sífilis). Interessa, entretanto, observar que grande parte das instituições privadas referenciadas no trabalho, ainda que tivessem atuação sobre esses problemas, o faziam de maneira indireta, por exemplo dando pensões a idosos e acidentados, fazendo empréstimos, ajudando nos funerais etc., além de atenderem um círculo restrito de pessoas e não os necessitados em geral. No caso das sociedades de auxílio mútuo, visavam

fundamentalmente, a garantia de algum tipo de benefício para seus membros, desde o que era considerado “socorros”, por exemplo, benefícios em períodos de inatividade por doença ou acidente, pensões, quando inválidos para o trabalho ou para a família, em casos de morte, ajudas para funeral e luto, do associado ou alguém de sua família, tratamento médico, assistência advocatícia, etc. Podiam estar ligadas especificamente a uma empresa, a uma categoria profissional ou, numa cidade que atraía tantos migrantes e imigrantes, a uma nacionalidade ou naturalidade⁶.

No caso das associações religiosas, que eram principalmente católicas, mas podiam pertencer a outros credos, como protestantes, judaicas ou espíritas, ligavam-se também preferencialmente a seus integrantes, embora também pudessem, por caridade, atender a não membros. Desse tipo, as mais voltadas para o atendimento aos necessitados da sociedade em geral eram as espíritas, que constituíam, muitas vezes, consultórios e farmácias homeopáticas para esse serviço. Associações sindicais tinham, normalmente, além de um caráter de defesa da classe/categoria profissional, serviços de atendimento médico e farmacêutico e atuação semelhante àquelas de auxílio mútuo, voltando-se basicamente para os associados. Na mesma época, somente as associações beneficentes

⁶ FONSECA, 2008: 118.

visavam realizar algum tipo de benefício para outros, que não os seus membros. Nesse caso, a associação não visava o bem do grupo, mas a reunião de esforços em prol de indivíduos definidos ou de todos os que, por algum motivo, a ela recorressem. Podiam também se ligarem a uma dada nacionalidade ou naturalidade⁷.

Nossa preocupação é analisar os dados levantados com relação a associações portuguesas ou de influência portuguesa referentes ao ano de 1912. Nesse sentido, é mantida a preocupação com o associativismo dos emigrantes portugueses, que vem por nós sendo apresentado e analisado nos três seminários internacionais sobre a (i)emigração portuguesa já ocorridos, além de atender ao corte cronológico definido para confrontação dos dados coletados em Portugal e no Brasil sobre a história comum da (i)emigração portuguesa.

Nos outros trabalhos, refletimos sobre a história da imigração portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XX, as associações a que deu origem, a configuração geográfica e arquitetônica de suas sedes e o grupo de imigrantes que se constituíram como seus fundadores e diretores. Nossas análises, entretanto, não puderam, por limitações das fontes utilizadas, trabalhar com número de sócios, capital possuído ou dispêndios com os membros. O recurso à *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística* permite não só essa análise como a confrontação desses dados com informações semelhantes de outras associações simultaneamente existentes na Capital Federal, dando, portanto, condições de analisarmos a importância das associações portuguesas em relação ao quadro geral das associações atuantes na assistência social.

1. O SOLIDARISMO DOS BRASILEIROS NA VISÃO DOS INTELLECTUAIS E DO ESTADO

Na mesma conjuntura, intelectuais e o Estado, este pela voz e pena de seus funcionários administrativos, tinham visões extremamente diferentes acerca do solidarismo do povo brasileiro. Enquanto era corrente entre nossos pensadores a afirmação de que o brasileiro era caracteristicamente insolidário, avesso a associações, grêmios, grupos de pressão etc., a Prefeitura do Distrito Federal, em obra publicada em 1922, louvava o espírito solidário e altruístico do mesmo povo⁸.

Para comprovar essa afirmação, podemos confrontar textos dos dois pólos da discussão. Do lado do Estado, na obra *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística*, o texto técnico que apresenta a obra e a relaciona às preocupações das autoridades nacionais e internacionais quanto à questão, começa por afirmar:

⁷ FONSECA, 2008: 118.

⁸ ASSISTENCIA, 1922.

O Brasil, já se asseverou em outro lugar, é a terra produtiva e fertilizante da filantropia e da caridade. Da primeira à última palavra deste livro põe-se bem à mostra como rebentou aqui, desde os primeiros momentos da Colônia, resguardado de toda a utopia, o forte sentimento de solidariedade. O senso social do coletivismo, embora sob fórmula rudimentares, sempre teve entre nós um cultivo muito especial e uma estima bastante cariciosa. [...] Em cada centro associativo há um traço característico dos surtos de nossa liberalidade que constitui precisamente a afirmação espontânea e consciente do instinto de fazer o bem. O culto da caridade no nosso país possui manifestações grandiosas, imensuráveis. No sagrado interesse da indigência, existe sempre aqui uma soma infinita de nobres esforços, uma emulação piedosa, uma dedicação corajosa. Todas as desgraças encontram um apoio valioso e um amparo abnegado. Um simples apelo à generosidade da população faz brotar donativos opulentos. Os socorros que, à discrição, prodigalizamos à orfandade, à pobreza e ao infortúnio não têm barreiras impostas nem limites traçados. Por toda a parte espalham-se as casas de beneficência, os asilos, os orfanatos, os estabelecimentos hospitalares, os dispensários, as casas pias, as associações religiosas, os socorros mútuos, as devoções, as ordens e as irmandades⁹.

Para essa posição, a solidariedade era traço marcante da sociedade brasileira, demonstrada claramente pela caridade que marcava as diversas instituições que atendiam a parcela necessitada da população, fosse ela a de doentes, crianças ou pobres.

Na posição diametralmente oposta, podemos recorrer a Oliveira Viana, o principal teórico do insolidarismo como traço marcante de nossa sociedade. Ele deu um destaque tão grande à questão do solidarismo que suas idéias assumiram um caráter emblemático, tanto para quem com elas concordava, como para aqueles que as negavam. Dentre suas obras, a mais relevante para esta matéria é *Populações meridionais do Brasil*, publicada no mesmo ano de 1922. Nela, Oliveira Viana lançou as bases de seu pensamento com relação ao insolidarismo dos brasileiros, as quais serão mantidas nos livros posteriores.

Procurando responder aos problemas evidentes de pouca participação política da população, de corrupção eleitoral, de pobreza diante de uma conjuntura internacional em que tais males eram atribuídos ao passado e identificados com o atraso, criando condições desfavoráveis ao desenvolvimento, ele analisa a formação da sociedade brasileira e busca em sua história a explicação de tal fato. Após tê-lo feito, conclui:

Em síntese: *o povo brasileiro só organiza aquele tipo de solidariedade, que lhe era estritamente necessária e útil – a solidariedade dos clãs em torno do grande senhor de terras*. Todas essas outras formas de solidariedade social e política – os ‘partidos’, as ‘seitas’, as ‘corporações’, os ‘sindicatos’, as ‘associações’, por um lado; por outro, a ‘comuna’, a ‘província’, a ‘Nação’ – são,

⁹ ASSISTENCIA, 1922: 1.

entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo¹⁰.

Toda a preocupação de Oliveira Viana com essa questão liga-se ao fato dele possuir uma proposta de organização para o Brasil. A seu ver, a idéia de nação não era natural para a população, fato explicado pelo caráter nacional insolidário, ou seja, não preocupado com o bem comum, porque o meio físico exigira a dispersão e desestimulara entre os indivíduos o sentimento de interdependência. A questão não era a associação do grupo pequeno, por exemplo, aquele profissional, até porque esta ocorria, embora não fosse suficiente, como se evidencia a seguir, em texto mais tarde publicado, quando reclama dos partidos existentes:

Essas quatro associações [Associação Comercial, Centro Industrial, Sociedade de Agricultura, União dos Estivadores] são puras associações de interesse privado; mas entre elas e as nossas comunidades partidárias não há, de forma alguma, nenhuma diferença essencial¹¹.

Sua preocupação maior era a de criar o espírito público que deveria estar presente em todas as associações, como o faziam os anglo-saxões para resolver a ‘questão social’ quando se valiam do sindicalismo

praticado à maneira deles, de acordo com o gênio específico da raça. Isto é, sem preconceitos doutrinários, sem preocupações políticas, sem objetivos revolucionários, sem impulsos destrutivos, contido exclusivamente dentro do campo profissional e visando objetivos práticos, de melhoria das condições de vida do mundo trabalhador, pelo desenvolvimento do bem estar individual do operário e pelo desenvolvimento do espírito de colaboração e solidariedade¹².

Oliveira Viana assume que somos insolidários porque tem uma visão muito intransigente do que deveriam ser as associações e quais os papéis que deveriam assumir na construção da nação brasileira – não vendo na realidade social o que desejava, ou negava a existência delas ou as acusava de obsoletas, retrógradas, e, portanto, inapropriadas.

A obra da Prefeitura do Distrito Federal recenseia e recupera a história e dados estatísticos sobre sócios, capitais, socorros etc. de cerca de 500 instituições, grande parte privadas, que podiam ser lojas maçônicas, irmandades católicas, centros espíritas, asilos, sociedades beneficentes e associações de auxílios mútuos com atuação na área de assistência social. A quantidade dessas associações é eloqüente, ganhando mais importância ainda ao lembrarmos que nossas pesquisas comprovam que o associativismo também se estendia a outras áreas, como a recreativa, cultural, educativa, política e sindical¹³.

¹⁰ VIANNA, 1973: v. 1, 241-242. Itálico no original.

¹¹ VIANNA, 1923: 111.

¹² VIANNA, 1923: 96.

¹³ FONSECA, 2008.

No esforço de recolher dados que possibilitassem uma atuação combinada e racional na área de assistência social, a Prefeitura recolheu, para cada associação, sua data de fundação, endereço de sede, dados referentes à sua história, estado e movimento em 1912 (número de associados, nacionais e estrangeiros, admissões e baixas, patrimônio, receita, despesa e serviços realizados), além de dispor ao final de tabelas numéricas comparativas, separadas em classes (associações de auxílio mútuo e de beneficência, asilos e recolhimentos e estabelecimentos de assistência a enfermos hospitalizados).

Para o nosso interesse temático e cronológico, as mais importantes são as tabelas referentes a associações de auxílio mútuo e de beneficência, que informam número de associados (homens e mulheres, existentes em 1 de janeiro de 1912, admitidos e eliminados durante esse ano, por falecimento e por outros motivos; nacionais e estrangeiros, adultos e crianças, do sexo feminino e masculino associados em 31 de dezembro de 1912), beneficências prestadas nesse ano, especificando se funerárias, pecuniárias, médicas, de outra natureza e não especificadas e total, movimento financeiro (capital social, receita e despesa), verbas componentes da receita (subvenções pela União e pelo Distrito Federal, rendimento do capital social, contribuições de associados, donativos ou legados, receitas de outras naturezas e total) e verbas componentes da despesa (funerais, auxílios pecuniários, assistência médica, auxílios de outra natureza, despesas não especificadas e total).

Quanto às de asilos e recolhimentos e aos estabelecimentos de assistência a enfermos hospitalizados, as instituições listadas não têm interesse para este trabalho. Destes últimos, consta o Hospital de São João de Deus, que integrava a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, instituição maior que será analisada no contexto das demais associações de auxílio mútuo e beneficência.

Para efeito de nossa análise, não trabalharemos com todos os dados fornecidos. Pretendemos, principalmente, por meio do estudo do movimento social, do movimento financeiro e do tipo de gasto realizado, observar a importância das associações e seu significado para os membros e a sociedade carioca em geral.

2. O QUADRO SOCIAL DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS

Definimos como associações portuguesas aquelas com evidente menção a personagens ou fatos da história de Portugal ou referentes a topônimos portugueses. Nesse sentido, essa categoria engloba tanto sociedades exclusivamente de portugueses, como outras de caráter cosmopolita, que, entretanto, tiveram sua inspiração e boa parte de seus fundadores e associados dessa nacionalidade. Pode ser que uma dessas sociedades tenha sido fundada majoritariamente por pessoas de outras nacionalidades, mas seu título remete a uma clara identificação com valores lusitanos e, inexistindo a possibilidade de se estudar cada uma individualmente, assumiu-se que tal caso, se ocorresse, não comprometeria o estudo como um todo. Cabe observar, entretanto, que não foram incluídas aqui agremiações sem a característica primeira, ainda que contassem entre seu

membros uma boa parte de portugueses, como é o caso de algumas associações ligadas a profissões, por exemplo.

Em cerca de 513 associações¹⁴, trinta são ligadas a nacionalidades estrangeiras, sendo que dessas, existentes em 1912, vinte e três são ligadas, por sua origem de fundação ou por influência cultural à nacionalidade portuguesa e somente seis a outras nacionalidades estrangeiras¹⁵. Essa disparidade numérica encontra sua explicação na grande importância numérica da colônia portuguesa na população carioca¹⁶. Quanto às associações portuguesas de auxílios mútuos e de beneficência, eram as seguintes:

Quadro n.º 1 – Quantidade, sexo e nacionalidade e de membros de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912

Associação	Fundação	Sócios em 1/1			Sócios em 31/12			Sócios em 31/12		
		H	M	T	H	M	T	Bras.	Est.	Ign.
Assoc. Benef. dos Artistas Portugueses (Real)	26/05/1863	436	-	436	422	-	422	-	422	-
Assoc. Benef. Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	15/08/1865	1300	-	1300	1275	-	1275	705	570	-
Assoc. Benef. Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	20/06/1903	594	30	624	607	30	637	432	205	-
Assoc. Port. de Benef. Memória Luís de Camões	10/06/1880	734	-	734	744	-	744	744	-	-
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	01/01/1882	325	3	328	307	3	310	79	231	-
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	10/06/1872	1077	-	1077	1064	-	1064	-	1064	-

(continua na página seguinte)

¹⁴ A *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro* fala em cerca de 500 instituições. Embora tenhamos contado 515, em alguns casos, uma entrada geral dá informações e reúne diversas associações, como por exemplo, várias lojas maçônicas, reunidas no Grande Oriente do Brasil, e as diversas conferências da Sociedade de São Vicente de Paulo. Não contamos entre as associações portuguesas de nosso universo a Sociedade Beneficente Memória a Sidônio Pais, fundada em 1918, a Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados do Rio de Janeiro, fundada em 1921, e a Loja Maçônica Luís de Camões, cujos dados individuais não são referidos.

¹⁵ São os casos da Sociedade Alemã de Beneficência (*Deutschen Hülfsvereins*), Sociedade Francesa de Beneficência (*Société Française de Bienfaisance*), Sociedade Francesa de Socorros Mútuos (*Société Française de Secours Mutuels*), Sociedade Espanhola de Beneficência, Sociedade Italiana de Beneficência e Socorro Mútuo e a Sociedade Filantrópica Suíça (*Société Philantropique Suisse*).

¹⁶ Segundo o censo de 1906, a população estrangeira no Rio de Janeiro era 25,94% da população total, sendo que os portugueses eram 63,36% de todos os estrangeiros e 16,43% de todos os habitantes da cidade. Em 1920, conforme o Censo, os estrangeiros eram 20,65% de toda a população e os portugueses eram 14,88% da população total e 71,69% de todos os estrangeiros.

Quadro n.º 1 – Quantidade, sexo e nacionalidade e de membros de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912 (continuação)

Associação	Fundação	Sócios em 1/1			Sócios em 31/12			Sócios em 31/12		
		H	M	T	H	M	T	Bras.	Est.	Ign.
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	08/09/1883	524	-	524	503	-	503	236	267	-
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemérita)	31/05/1863		-			-		?	?	-
Centro Benef. D. Amélia, Rainha de Portugal	30/01/1907	493	281	774	447	265	712	365	347	-
Centro Benef. dos Monarquistas Portugueses*	05/07/1908		-			-		?	?	-
Centro da Colônia Portuguesa (Real)	23/12/1892	750	-	750	830	-	830		830	-
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	01/04/1897	1675	8	1 683	1699	8	1707	702	1 005	-
Congregação dos Artistas Portugueses	28/09/1883	297	-	297	316	-	316	-	316	-
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	08/04/1883	800	-	800	813	-	813	525	288	-
Congresso Benef. Alto Mearim (Martins de Pinho)	15/08/1886	705	-	705	685	-	685	-	-	685
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	08/07/1882	982	-	982	1038	-	1038	-	1 038	-
Grêmio Benef. à Memória de Camilo Castelo Branco	30/05/1884	208	-	208	203	-	203	203	-	-
Soc. Benef. Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	26/04/1884	512	66	578	497	66	563	-	-	563
Soc. Fraternidade Açoriana	15/08/1881	288	-	288	273	-	273	-	273	-
Soc. Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	17/05/1840	40 020	-	40 020	40 384	-	40 384	-	40 384	-
Soc. de Socorros Mútuos Luís de Camões	10/06/1880	937	-	937	897	-	897	-	897	-
Soc. de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	20/06/1881	317	-	317	318	-	318	-	318	-
Soc. União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	18/08/1907	141	-	141	162	-	162	-	162	-
Total	-	-	-	53 503			53 856	3 991	48 617	1248

* Por querelas jurídicas, ficou paralisada desde 1910.

Em termos de datas de fundação, a grande maioria, cerca de 87% dessas associações foi fundada no século XIX. A mais antiga era a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, de 1840, e a mais recente, o Centro Beneficente

dos Monarquistas Portugueses, de 1908, o que indica que já tinham uma larga história de realizações que dava crédito às suas atuações.

Somente quatro associações têm mais de mil membros, sendo que apenas a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência tinha um número de associados maior que dois mil, ainda que mais de vinte vezes superior a isso. A maioria das associações tinha entre trezentos e setecentos sócios, sendo que apenas quatro possuíam menos do piso da média. No caso da Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, a que tinha menos sócios, cabe destacar que ela se só aceitava naturais de Cabo-Verde, região que embora integrasse Portugal, era área de recebimento de imigrantes mais do que de emigração.

Por outro lado, o sucesso da popularmente conhecida como Beneficência Portuguesa deve ser entendido à luz do pequeno número de hospitais de qualidade, em sua maioria ligados a ordens terceiras. Numa cidade com graves problemas de saúde pública, e numa sociedade com muito poucas garantias sociais quando de doenças ou acidentes de trabalho, a filiação ao que era um dos maiores e mais modernos hospitais se impunha como mínima garantia aos imigrantes.

Embora onze das vinte e três associações tivessem sofrido um pequeno decréscimo nos seus quadros sociais, em termos gerais, o número de associados variou muito pouco ao longo do ano de 1912, apresentando até um pequeno aumento. Não há sinais de que nesse ano nada tenha especialmente estimulado ou desestimulado o ingresso em sociedades de auxílio mútuo e beneficência.

Salta aos olhos o pequeno número de mulheres que integravam essas sociedades, sendo que apenas no Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal, que coincidentemente homenageava uma mulher, seu número era cerca de 50% daquele dos homens. Essa alienação forçada das mulheres não era, entretanto, uma situação que se restringisse a associações portuguesas, repetindo-se no quadro geral do associativismo carioca:

A maioria das associações não aceitava mulheres, como veremos mais adiante, ou o fazia como sócios dependentes de uma figura masculina, que podia ser o pai, esposo ou irmão. Algumas das que aceitavam mulheres, sem colocá-las na dependência de outrem, exigiam, entretanto, o assentimento de um desses responsáveis¹⁷.

Um dado interessante é que nove das vinte e três associações, cerca de 39,13%, aceitavam brasileiros em seu quadro social, e provavelmente também estrangeiros de outras nacionalidades. Isso pode ser confrontado com o fato das associações estrangeiras não portuguesas só aceitarem seus nacionais ou, no máximo, como é o caso da alemã, das francesas e da suíça, seus descendentes,

¹⁷ FONSECA, 2008: 153.

sendo que só nessa última o número de brasileiros é maior, e bem maior, quase o quádruplo, do que o dos estrangeiros, o que, provavelmente, tem a ver com o então mínimo número de suíços no Rio de Janeiro – no Censo de 1920, eles não constam como nacionalidade específica, sendo contados como “outros europeus”, rubrica que tinha 6342 recenseados¹⁸.

No caso de algumas das associações portuguesas, o número de brasileiros impressiona – eles são a maioria na Real Associação Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale, na Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto, na Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião, no Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal e na Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal, além de também estarem significativamente presentes no Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque.

Por outro lado, outras questões também causam uma certa estranheza: a Associação Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões e o Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco só possuíam sócios brasileiros; o Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho) não declarou a nacionalidade de seus membros e a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, aquela sociedade com maior número de afiliados, os declarou todos como estrangeiros. Neste último caso, não parece provável que, dada a importância da garantia de uma assistência médica de qualidade, a Beneficência Portuguesa tenha conseguido resistir à natural pressão de seus associados para receber também seus parentes brasileiros.

Há indícios de que o número de pessoas participantes de associações seja significativo. Se confrontado com o número total de pessoas recenseadas em 1920, 1 157 873 indivíduos, 4,65% pertenceriam a alguma associação, o que não parece ser tão grande. Entretanto, no caso da Beneficência Portuguesa, se acreditarmos que todos os seus membros eram portugueses, ela congregaria, no mínimo, cerca de 23,43% de todos os portugueses, porcentagem que seria ainda mais elevada se considerarmos, como declarado, que todos esses membros fossem homens, enquanto o número total de portugueses incluía mulheres e crianças. Essas conclusões, entretanto, são perigosas – não só alguns desses dados permitem dúvida, como também, seguramente, algumas pessoas pertenciam a mais de uma associação.

3. BENEFICÊNCIAS PRESTADAS

A análise do tipo e quantidade de beneficências prestadas pode nos ajudar a perceber o grau de importância e significação da ação dessas associações junto a seus membros e à população carioca.

¹⁸ BRASIL., *Recenseamento do Brazil*, 1923.

Quadro n.º 2 – Beneficiados por auxílios prestados por associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912

Associação	Pessoas que receberam auxílios					Total
	Fune- rários	Pecu- niários	Médi- cos	Outra natureza	Sem espe- cificação	
Assoc. Benef. dos Artistas Portugueses (Real)	8	32	-	62	-	102
Assoc. Benef. Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	35	250	50	70	-	405
Assoc. Benef. Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	4	49	-	-	-	53
Assoc. Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões	20	77	-	-	-	97
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	6	20	-	2	-	28
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	30	59	-	-	-	89
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	6	61	-	-	-	67
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemérita)	-	552	28 402	311	-	29 265
Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal	3	42	-	-	-	45
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses*	-	-	-	-	-	-
Centro da Colônia Portuguesa (Real)	15	65	-	20	-	100
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	12	77	-	1	-	90
Congregação dos Artistas Portugueses	-	46	1 283	328	-	1657
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	10	97	-	5	-	112
Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho)	13	78	19	8	-	118
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	27	95	-	5	-	127
Grémio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	-	22	-	-	-	22
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	12	64	6	-	-	82
Sociedade Fraternidade Açoriana	2	41	2	-	-	45
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	118	32	2 028	-	-	2178
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	26	91	-	57	-	174
Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	8	9	-	-	-	17
Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	-	2	-	-	-	2
Total	355	1 861	31 790	869		24875

* Por querelas jurídicas, ficou paralisada desde 1910.

Embora o número de beneficiados não seja muito grande, chama a atenção a frequência de alguns tipos de beneficência, por exemplo, o auxílio funeral e os auxílios pecuniários prestados por quase todas as sociedades. No primeiro

caso, a explicação passa pelo custo do enterramento, que, ademais, é muitas vezes inesperado. Quanto aos auxílios pecuniários, a maior parte das associações o concedia como socorros (auxílios temporários, por exemplo, por doença ou acidente) e pensões, a idosos, incapacitados ou a familiares de sócios falecidos, neste caso, geralmente, a do chefe da família. Algumas associações também socorriam pecuniariamente associados presos, não por crimes infamantes, enquanto não fosse proferida sentença, ou contribuíam para viagens, inclusive para o exterior, por recomendação médica.

Outro tipo de auxílio significativo é a gratuidade de consultas médicas. Nesse caso, chama a atenção do elevado número de pessoas que obtinham esse tipo de auxílio por intermédio da Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V. Embora não haja dúvida de sua importância, e a sua existência e continuação do mesmo atendimento ainda hoje é prova de sua pujança, o número de pessoas beneficiadas por consultas médicas é quase dez vezes maior que aquele atingido pela Beneficência Portuguesa, que possuía um enorme e moderno hospital. Maria Beatriz Nizza da Silva afirma com relação a esse tipo de assistência prestado pela Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V:

Desde a sua fundação, a Caixa sempre contou com a colaboração gratuita de muitos médicos do Rio de Janeiro, cuja lista foi maior ou menor conforme as épocas. Esta tradição de consultas gratuitas aos pobres já vinha aliás, do período colonial, e manteve-se por assim dizer, durante todo o século XIX¹⁹.

A mesma autora levanta dúvidas se isso ocorria por verem esse atendimento como normal na idéia de sacerdócio com que, às vezes, se revestia a profissão, ou se isso teria a ver com o pequeno número de hospitais para prática profissional.

Em termos gerais o número de pessoas beneficiadas por atendimento médico pela Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V só fica abaixo do alcançado pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia (387 541) e pela Federação Espírita Brasileira (260 698). A Santa Casa contava com vários hospitais e exercia a assistência médica à população carioca desde o período colonial. Quanto à Federação Espírita Brasileira, esse número congregava atendimentos realizados por várias associações espíritas.

O alto número de consultas médicas nos permite supor, com razoável grau de certeza, que esse atendimento fosse prestado não somente a membros dessas associações, mas também à população em geral. Isso pode ser concluído ao confrontarmos o número de associados existentes nas associações portuguesas em dezembro de 1912 e o número de pessoas atendidas por médicos – se esse serviço fosse prestado somente a membros das associações, mais da metade deles, c. 59,02%, teriam consultado um médico num mesmo ano, o que parece improvável, até porque uma consulta significava, freqüentemente, a perda de um dia de trabalho.

¹⁹ SILVA, 1990: 120.

4. MOVIMENTO FINANCEIRO EM 1912

A comparação de dados referentes ao valor do patrimônio social e os valores de receita e despesa em 1912 permite-nos avaliar a importância econômica e social de associações específicas no quadro geral daquelas portuguesas, além de nos permitir avaliar sua importância no quadro geral desse tipo associativismo, uma vez que podemos confrontar esses dados com o de outras agremiações semelhantes, ligadas ou não a nacionalidades. Os dados vão a seguir.

Quadro n.º 3 – Movimento financeiro de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912

Associação	Movimento financeiro em réis			
	Capital social	Receita	Despesa	Diferença Receita e Despesa
Assoc. Beneficente dos Artistas Portugueses (Real)	209:182\$940	85:734\$000	85:205\$383	528\$617
Assoc. Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	360:000\$000	110:000\$000	102:200\$000	7:800\$000
Assoc. Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	36:000\$000	7:611\$000	6:728\$330	882\$670
Assoc. Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões	184:440\$000	17:041\$500	15:449\$190	1:592\$310
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	117:703\$042	10:475\$460	6:169\$720	4:305\$740
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	216:054\$816	26:888\$000	18:085\$040	8:802\$960
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	20:000\$000	2:755\$000	3:177\$875	-422\$875
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemerita)	1.186:180\$580	80:153\$660	75:367\$200	4:786\$460
Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal	27:000\$000	7:243\$920	5:097\$190	2:146\$730
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses*	-	-	-	-
Centro da Colônia Portuguesa (Real)	150:000\$000	34:972\$000	26:939\$000	8:033\$000
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	75:529\$293	17:562\$000	13:231\$430	4:330\$570
Congregação dos Artistas Portugueses	53:512\$326	55:490\$000	51:156\$100	4:333\$900
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	30:000\$000	15:940\$500	12:485\$160	3:455\$340
Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho)	166:238\$202	13:361\$210	15:421\$363	-2:060\$153

* Por querelas jurídicas, ficou paralisada desde 1910.

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 3 – Movimento financeiro de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912 (continuação)

Associação	Movimento financeiro em réis			
	Capital social	Receita	Despesa	Diferença Receita e Despesa
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	167:000\$000	100:589\$500	100:369\$640	219\$860
Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	58:000\$000	6:465\$460	3:218\$150	6:137\$310
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	42:000\$000	7:400\$200	11:005\$660	-3:605\$460
Sociedade Fraternidade Açoriana	75:000\$000	9:115\$000	10:864\$965	-1:749\$965
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	5.880:030\$389	539:848\$000	409:066\$280	130:781\$720
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	113:952\$070	19:303\$899	16:217\$590	3:086\$309
Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	23:620\$348	3:291\$600	3:101\$100	310\$100
Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	1:725\$594	1:620\$594	27\$600	1:643\$406
Total	9.193:169\$600	1. 172:862\$503	990:583\$966	182:278\$537

O capital social das associações que, normalmente em seus estatutos é referido como “fundo social”, era proveniente de jóias, contribuições dos sócios²⁰, legados e doações, cabendo observar, entretanto, que nenhuma dessas associações recebeu nenhuma subvenção do Governo Federal nem do Distrito Federal. Era, comumente aplicado em apólices e prédios.

A maior parte das associações via como sua prioridade em termos de patrimônio a aquisição de uma sede²¹, desejando também possuir outros imóveis, vistos sempre como bens estáveis e imunes a flutuações especulativas. Das vinte e três associações portuguesas existentes em 1912, seis declaravam ter sede própria, a Beneficência Portuguesa não o fazia por ser patente este fato, haja visto a magnificência de seu prédio na rua Santo Amaro, e a Caixa de Socorros D. Pedro V advertia que sua sede era provisória, já que o edifício próprio, localizado na Praça Tiradentes, havia sido incendiado em 1910.

²⁰ As contribuições podiam advir do pagamento pelos diplomas, obrigatórios quando do ingresso ou, em alguns casos, também obrigatórios por mudança de status do associado, e dos pagamentos por mês ou grupo de meses, de anualidades ou de semestralidades (valor que algumas associações cobravam uma vez por ano ou de seis em seis meses).

²¹ Muitas associações, ao informarem seu endereço, indicam tratar-se de “sede própria”, dando a essa declaração um caráter de distinção baseado em sua evidente saúde financeira.

A outra aplicação principal do capital social era a aquisição de apólices da dívida pública, da União, dos estados ou do Distrito Federal. Desconhecemos qualquer determinação legal no sentido dessa opção, mas tudo indica que pareciam ser aplicações rentáveis e seguras, dois aspectos importantes para garantir aos membros a segurança de integrarem uma associação viável e estável financeiramente. Nos casos em que parte do capital estivesse sob forma monetária, normalmente era depositado numa instituição bancária, geralmente o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica.

Nos estatutos é freqüente afirmarem que tais títulos, com ou sem prévia decisão de assembleias, só podiam ser alienados em dois casos, a compra da sede e quando fosse impossível honrar os compromissos, principalmente os dos socorros e pensões, os quais, antes dessa medida, podiam até ter seus valores diminuídos. Um exemplo da importância desse capital imobilizado é dado pelo estatuto da Fraternidade dos Filhos da Lusitânia, que se extinguiria pela impossibilidade de alcançar os fins a que se propunha, tendo alienado 2/3 de suas apólices²².

Analisando os valores declarados como capital social, observa-se que as duas associações mais ricas são a Beneficência Portuguesa e a Caixa de Socorros D. Pedro V, cujos patrimônios atingem a casa dos milhares de contos, ou seja, de milhões de réis. Em todas as associações recenseadas em 1912, somente treze, das mais de 500, tinham capital nesse patamar.

Quadro n.º 4 – Capital social das associações com mais de 1000 contos de réis em 1912

Associação	Capital social
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro	50.000:000\$000
Ordem de São Francisco da Penitência (Venerável)	14.949:002\$248
Irmandade da Candelária	13.123:921\$230
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemerita)	5.880:030\$389
Irmandade da Santa Cruz dos Militares	4.300:000\$000
Associação Geral de Auxílios da Estrada de Ferro Central do Brasil	2.444:597\$000
Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Venerável)	1.990:000\$000
Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro	1.889:053\$000
Associação Comercial do Rio de Janeiro	1.580:000\$000
Sociedade Amante da Instrução	1.537:800\$000
Ordem Terceira de N. Sra. do Monte do Carmo (Venerável e Arquiepiscopal)	1.500:000\$000
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemerita)	1.186:180\$580
Ordem Terceira de N. Sra. da Conceição da Boa Morte (Venerável)	1.180:323\$421
Total	99 360 907\$868

²² ARQUIVO NACIONAL (Brasil) – 1.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, reg. 816.

A Beneficência Portuguesa é a quarta colocada, sendo superada apenas por irmandades religiosas muito mais antigas que ela própria, e a Caixa de Socorros D. Pedro V aparece em 12.º lugar. Tal volume da capital era raríssimo: a soma dos patrimônios de todas as associações recenseadas atinge 129 609 015\$421 réis, e só o das treze referidas anteriormente é cerca de 76,66%. Isso indica que a maioria das associações tinha um capital social pequeno, e que a maioria das associações portuguesas não tinham especial destaque nesse quesito. Aquela com menor volume de recursos, a Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos era de recente fundação e por sua natureza restritiva, só aceitando como sócios pessoas dessa naturalidade, naturalmente tinha um fundo social menor. De qualquer maneira, na medida que o capital social de todas as associações recenseadas atingia 129 609 015\$421 réis, aquelas portuguesas detinham cerca de 7,9% desse total.

Chama a atenção, porém, o fato de quatro associações terem tido uma despesa superior à receita em 1912: a Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião, o Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho), a Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel e a Sociedade Fraternidade Açoriana. Isso poderia ser um problema conjuntural, mas se não o fosse, era a médio prazo um grave problema, na medida em que poderia leva-las à dissolução. Comumente essas questões estavam ligadas a um aumento do número de socorros e beneficências, fato normalmente ligado ao envelhecimento do quadro de sócios, que passavam a ficar impossibilitados de trabalhar ou morriam, causando mais custos com socorros, pensões e auxílio funeral, sem haver ingresso de novos associados. Nossas conclusões, porém, ganharão mais consistência ao analisarmos as verbas componentes da despesa.

Quadro n.º 5 – Verbas componentes da despesa das associações portuguesas em 1912

Associação	Verbas componentes da despesa					
	Funerais	Auxílios pecuniários	Assistência médica	Outros auxílios	Despesas não especificadas	Total
Assoc. Beneficente dos Artistas Portugueses (Real)	560\$0000	4:459\$900	-	5:147\$000	75:038\$483	85:205\$383
Assoc. Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	12:305\$000	13:600\$000	1:100\$000	15:755\$000	59:440\$000	102:200\$000
Assoc. Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	125\$000	2:875\$000	-	-	3:727\$430	6:728\$330
Assoc. Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões	840\$000	9:749\$000	-	-	4:860\$190	15:449\$190
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	300\$000	1:517\$700	-	760\$000	3:592\$020	6:169\$720
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	1:565\$000	9:812\$800	-	-	6:707\$240	18:085\$040
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	300\$000	1:458\$500	-	-	1:419\$375	3:177\$875

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 5 – Verbas componentes da despesa das associações portuguesas em 1912
(continuação)

Associação	Verbas componentes da despesa					
	Funerais	Auxílios pecuniários	Assistência médica	Outros auxílios	Despesas não especificadas	Total
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemérita)	-	5:275\$350	19:110\$190	29:959\$100	21:022\$500	75:367\$200
Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal	190\$000	3:308\$460	-	-	1:598\$730	5:097\$190
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses*	-	-	-	-	-	-
Centro da Colónia Portuguesa (Real)	1:900\$000	12:589\$000	-	2:900\$000	9:550\$000	26:939\$000
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	760\$000	6 397\$600	-	15\$000	6:058\$830	13:231\$430
Congregação dos Artistas Portugueses	230\$000	2:201\$100	-	-	48:725\$000	51:156\$100
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	768\$000	8:224\$560	310\$000	-	3:182\$600	12:485\$160
Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho)	578\$000	5:443\$800	-	2:860\$153	7:339\$410	15:421\$363
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	1:050\$000	20:309\$500	-	405\$000	78:605\$140	100:369\$640
Grémio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	-	1:054\$200	-	-	2:163\$950	3:218\$150
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	473\$000	3:846\$500	-	-	6:686\$160	11:005\$660
Sociedade Fraternidade Açoriana	80\$000	6:192\$000	-	-	4:592\$965	10:864\$965
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	3:236\$500	1:980\$000	74:532\$500	11:513\$800	317:803\$480	409:066\$280
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	1:040\$000	5:617\$000	-	4 042\$500	5:518\$090	16:217\$590
Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	320\$000	948\$600	-	-	1:832\$500	3:101\$100
Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	-	20\$800	-	-	6\$800	27\$600
Total	26:620\$500	126:881\$370	95:052\$690	73:357\$553	669:470\$893	990:583\$966*

* A soma das colunas apresenta um valor diferente, 991 383\$006.

Em ordem de importância, depois das despesas não especificadas, que devem incluir os gastos com funcionários, aquisição/manutenção de sede, etc., vinham os auxílios pecuniários, a assistência médica, outros auxílios e só depois o auxílio funeral. Os gastos com auxílios pecuniários indicam que, para algumas associações, como a Associação Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões, a Real Associação de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I, o Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal, a Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal, a Sociedade Fraternidade Açoriana e a Socie-

dade União e Progresso Protetora dos Cabo-verdianos mais de 50% de suas despesas era, provavelmente, com pagamento de socorros por doença, pensões por invalidez ou velhice ou por pensões ou pecúlios por morte de associados. Como as pensões tendiam a manter-se por longo tempo, essa situação acabava por comprometer a saúde financeira da sociedade.

Os gastos com assistência médica são realizados apenas por quatro associações, sendo que só nos casos da Beneficência Portuguesa e da Caixa de Socorros D. Pedro V assumem um valor que demonstra a importância que essas duas sociedades davam a esse tipo de benefício. Chama a atenção, entretanto, os altos dispêndios em “Outros auxílios”, maiores que aqueles usados para socorros e pensões, realizados pela Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses, a Real Associação Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale, a Real e Benemerita Caixa de Socorros D. Pedro V e a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, o que podia estar ligado ao fato das três primeiras, das quais conhecemos o estatuto, assumirem gastos com viagens dos sócios por motivos de doença e, no caso da Caixa D. Pedro V, também realizar repatriações de imigrantes, inclusive não sócios, em situação de extrema pobreza.

Ao compararmos o total despendido por todas as associações com funerais, auxílios pecuniários, assistência médica, outros auxílios e despesas não especificadas, chegamos ao quadro que segue.

Quadro n.º 6 – Relação entre os dispêndios com auxílios das sociedades portuguesas com o total gasto por todas as associações

Rubricas de despesa	Total das associações	Associações portuguesas	% dos dispêndios das associações portuguesas em relação ao total
Funerais	487:703\$036	26:620\$500	c. 5,45
Auxílios pecuniários	2.425:547\$209	126:881\$370	c. 5,23
Assistência médica	649:629\$196	95:052\$690	c.14,63
Outros auxílios	1.105:625\$296	73:357\$553	c. 6,63

CONCLUSÕES

Os dados permitem observar que as associações portuguesas tinham um papel extremamente relevante no conjunto das agremiações que lidavam com assistência à população carioca. Isso fica patente no número de seus associados, no número de pessoas beneficiadas por suas ações, no volume de gastos efetuados com esses auxílios e no tipo de auxílios prestados. Além disso, enquanto grupo, as associações portuguesas também se destacavam pela abertura a outras nacionalidades, pela forte presença de brasileiros em seu seio, o que não era comum nas poucas agremiações existentes ligadas às outras nacionalidades, e pelo fato de terem uma ação para além dos limites dos quadros de sócios.

O associativismo português envolvido com a assistência social no Distrito Federal, embora em número significasse somente cerca de 4,48% de todo o movimento associativo com ação na mesma esfera, dispunha de um capital social maior que essa proporção, o mesmo ocorrendo com os auxílios que prestava, principalmente no caso da assistência médica, o que evidenciava sua importância nessa área. Se, individualmente, a maior parte das associações era constituída de pequenas agremiações, mantendo a tendência comum ao universo total, parece claro que não se esgotavam em si mesmas, voltando-se para um alvo maior, uma população que englobava não só os patricios com menor ventura, como também uma grande massa de pobres, independente de suas origens nacionais.

Numa época em que, após uma crise financeira que se arrasta por anos, se assiste a desapropriação da sede da Beneficência Portuguesa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e que se verifica que a maioria das associações aqui referenciadas já não mais existe, embora perdurem vários dos problemas sociais aos quais tentavam responder, importa prosseguir em estudos desse tipo, para entender, com mais detalhe, os fatores intervenientes, e os graus de influência que tiveram no processo de quase desaparecimento dessas sociedades.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ASSISTENCIA pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística*, 1922. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil. 2 vols.
- BENCHIMOL, Jaime Larry, 1990 – *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística – *Recenseamento do Brazil: realizado em 1 de setembro de 1920: vol. II 1.ª parte: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, 1923. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 31/05/2007.
- CARVALHO, Lia de Aquino, 1986 – *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1886-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da, 2008 – *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro, Niterói: Arquivo Nacional, Muiraquitã.
- ROCHA, Oswaldo Porto, 1986 – *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1990 – *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V.
- VIANNA, Francisco José de, 1923 – *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato & C.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira, 1973 – *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2 vols.